



PREFEITURA MUNICIPAL  
**ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BANANAL**  
Gabinete do Prefeito

---

Ofício GAB nº. 576/2025

Bananal, 02 de dezembro de 2025.

Senhor Presidente,

Apresentamos o presente Projeto de Lei nº 052/2025 a Vossa Excelência, para análise e aprovação desta Egrégia Casa de Leis, que “Institui o Auxílio-Moradia Emergencial no âmbito do Município de Bananal, estabelece parâmetros de valor para o benefício, e dá outras providências”.

Solicitamos ainda que o projeto em questão seja apreciado, discutido e ao final, aprovado pelos Ilustres Edis, **em regime de urgência especial**, de conformidade com o artigo 193, I, “c”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, uma vez que trata-se de necessidade de cumprimento de decisão judicial exarada nos autos do processo n.º 0000351-53.2024.8.26.0059 (cumprimento de sentença), originário da ACP n.º 0001330-45.2006.8.26.0059, sendo que a referida decisão impõe ao Município o dever de prover alojamento ou alternativa habitacional para os proprietários e ocupantes dos imóveis que serão desocupados, sob pena de responsabilização, bem como devido ao fato de estarmos no final do exercício legislativo, sendo que dia 04/12 será a última sessão ordinária do ano.

Sem mais, despeço-me com votos de estima e consideração.

Atenciosamente.

**WILLIAM LANDIM DA SILVA**  
*Prefeito Municipal de Bananal*

**AO ILMO. SR.**  
**LUIZ COSME MARTINS DE SOUZA**  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
BANANAL – SP



PREFEITURA MUNICIPAL  
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BANANAL  
Gabinete do Prefeito

---

**PROJETO DE LEI Nº 052, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**“Institui o Auxílio-Moradia Emergencial no âmbito do Município de Bananal, estabelece parâmetros de valor para o benefício, e dá outras providências.”**

**WILLIAM LANDIM DA SILVA**, Prefeito Municipal da Estância Turística de Bananal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Bananal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Auxílio-Moradia Emergencial, benefício de caráter temporário e assistencial, destinado a prover suporte financeiro para despesas de aluguel a famílias no Município de Bananal que sejam obrigadas a desocupar seus imóveis por força de decisão judicial transitada em julgado em Ação Civil Pública que tenha determinado a demolição ou desocupação em razão de o imóvel estar localizado em loteamento irregular.

**Art. 2º** Serão elegíveis ao benefício as famílias que atenderem aos seguintes requisitos:

I - Comprovarem ser possuidoras ou ocupantes do imóvel objeto da ordem judicial, utilizando-o como sua única moradia;

II - Não serem proprietárias, possuidoras ou usufrutuárias de outro imóvel residencial no território nacional.

**Parágrafo único.** A apresentação da decisão judicial transitada em julgado, nos termos do Art. 1º, dispensa a comprovação de renda familiar e a inscrição prévia no Cadastro Único (CadÚnico) como requisitos para a concessão do benefício, considerando que a elegibilidade decorre diretamente da determinação judicial.

**Art. 3º** O valor do benefício do Auxílio-Moradia Emergencial será definido com base no padrão e no tamanho da moradia desocupada ou demolida, conforme a seguinte tabela, limitado sempre ao teto de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais):

*I - Imóveis de Baixo Padrão:*

- a) 1 dormitório: R\$ 600,00 (seiscentos reais).
- b) 2 ou mais dormitórios: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

*II - Imóveis de Médio Padrão:*

- a) 1 dormitório: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).
- b) 2 dormitórios: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).
- c) 3 ou mais dormitórios: R\$ 1.080,00 (mil e oitenta reais).

*III - Imóveis de Alto Padrão:*

- a) 1 ou 2 dormitórios: R\$ 1.080,00 (mil e oitenta reais).
- b) 3 ou mais dormitórios: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

**Parágrafo único.** Os valores estabelecidos neste artigo poderão ser reajustados anualmente por ato do Poder Executivo, com base em índice oficial de inflação, a fim de assegurar a manutenção do poder de compra do benefício.

**Art. 4º** Para os fins desta Lei, considera-se:



**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BANANAL**  
**Gabinete do Prefeito**

---

*I - Baixo Padrão: Imóvel com estrutura principal em madeira ou mista, acabamentos rústicos ou inexistentes (ex: piso de cimento grosso), cobertura simples (ex: telhas de fibrocimento) e instalações elétricas ou hidráulicas precárias.*

*II - Médio Padrão: Imóvel com estrutura principal em alvenaria, com acabamentos simples (ex: piso cerâmico, paredes rebocadas e pintadas), cobertura padrão (ex: telhas cerâmicas) e instalações elétricas e hidráulicas funcionais.*

*III - Alto Padrão: Imóvel com estrutura em alvenaria, com acabamentos de qualidade superior (ex: porcelanato, revestimentos especiais), mais de um banheiro, ou com área externa construída (garagem, área de serviço coberta).*

**Art. 5º** A classificação do imóvel nos parâmetros dos artigos 3º e 4º será realizada pela Secretaria de Planejamento Urbano, através do setor de engenharia e arquitetura, com base em laudo técnico elaborado a partir de visita domiciliar, registros fotográficos ou de cadastros existentes no Município.

**Art. 6º** O benefício será concedido pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da efetiva desocupação do imóvel, podendo ser prorrogado por igual período, mediante ato fundamentado do Poder Executivo, caso se verifique a necessidade da família e a disponibilidade orçamentária.

**Art. 7º** A concessão do benefício dependerá de requerimento do interessado junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, instruído prioritariamente com os seguintes documentos:

I - Documento de identificação oficial com foto e CPF dos membros da família;

II - Cópia da decisão judicial transitada em julgado que determinou a demolição ou desocupação do imóvel;

III - Declaração, sob as penas da lei, de que não possui outro imóvel residencial.

**Art. 8º** A gestão, operacionalização e fiscalização do Auxílio-Moradia Emergencial ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, que poderá editar normas complementares para a fiel execução desta Lei.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Bananal, em 02 de dezembro de 2025.

**WILLIAN LANDIM DA SILVA**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BANANAL**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**MENSAGEM**

Senhor Presidente

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras;

Submeto à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei n.º 55/2025 que visa instituir o Auxílio-Moradia Emergencial como um instrumento de política urbana e de assistência social, destinado a amparar famílias que, em decorrência de ordens judiciais, estejam obrigadas a desocupar seus imóveis.

A presente propositura nasce da necessidade inadiável de cumprir a decisão judicial exarada nos autos do Cumprimento de Sentença n.º 0000351-53.2024.8.26.0059, oriundo da Ação Civil Pública n.º 0001330-45.2006.8.26.0059. A referida decisão impõe ao Município o dever de prover alojamento ou alternativa habitacional para os proprietários e ocupantes dos imóveis que serão desocupados, sob pena de responsabilização.

Além de responder a uma determinação do Poder Judiciário, este projeto de lei materializa princípios constitucionais de observância obrigatória, como o da Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III, da Constituição Federal) e o Direito Social à Moradia (art. 6º, da CF). Não é razoável que o Poder Público, ao executar uma ordem de desocupação, deixe os cidadãos em completo desamparo.

Para tanto, o projeto estabelece critérios claros e objetivos para a concessão do benefício, com valores proporcionais às características dos imóveis e um mecanismo de reajuste anual, garantindo que o auxílio seja um suporte financeiro efetivo e justo. Com isso, o Município adota uma política social responsável e transparente, capaz de responder à emergência habitacional de forma organizada e humana.

Diante do exposto, e considerando a urgência imposta pela decisão judicial, solicito o apoio dos nobres membros desta Casa para a célere apreciação e aprovação da matéria.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e aos demais pares os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

**WILLIAM LANDIM DA SILVA**  
**Prefeito Municipal**